

DESEJO DE SER GENTE: FLORESTAN FERNANDES, A MODERNIDADE E O RACISMO NO BRASIL

O menino, filho da empregada doméstica, era tão inteligente que sua madrinha – e patroa de sua mãe – colocou-o na escola primária particular em que seus filhos estudavam. A mãe, Maria Fernandes, portuguesa que emigrara para São Paulo fugindo da pobreza e da falta de oportunidades, dera-lhe o nome de Florestan, mas a madrinha não achava que aquele fosse nome de pobre – chamava-o de Vicente. Aos 10 anos de idade, porém, Vicente – ou melhor, Florestan – deixou a escola para trabalhar em tempo integral e ajudar financeiramente a mãe solteira. Mesmo assim, diria ele anos mais tarde, aqueles poucos anos no ensino primário foram cruciais, além de escapar do analfabetismo, permitiram que se formassem os ideais civilizatórios de vida e de inconformismo face à condição subalterna que caracterizariam a personalidade de Florestan Fernandes, um dos maiores intelectuais que o Brasil já produziu.

Enquanto trabalhava nas mais diversas e mal remuneradas ocupações, Florestan continuou estudando, autodidata, procurando no mundo das letras um refúgio à dureza de sua condição. Mas não teria continuado sua trajetória de superação pessoal não fosse, mais uma vez, a proteção dos “de cima”, no caso, de professores que freqüentavam o bar em que o jovem trabalhava como garçom e impressionava a todos discorrendo sobre História do Brasil. Eles lhe arranjam um emprego com horário flexível, que lhe dava mais tempo para estudar, e conseguiram descontos nas mensalidades do curso de Madureza pelo qual concluiria o 2º. Grau. Florestan, depois, ingressou no recém-formado curso de ciências sociais da USP, onde enfrentaria aulas ministradas em francês pelos professores estrangeiros que vieram instituir o curso.

Ou seja, na formação de Florestan estão mesclados, como afirma a professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, “traços das tradicionais relações pessoais de proteção a elementos da ordem liberal, como a iniciativa individual e a cultura letrada, expressando as complexas combinações entre o moderno e o tradicional”. É justamente a análise dessa combinação complexa, peculiar, que se estabelece no Brasil entre tradição e modernidade, que compõe o pano de fundo de “A integração do negro na

sociedade de classes”, uma das obras mais importantes de Florestan Fernandes. O livro nasceu de uma ampla pesquisa empírica sobre as relações raciais na cidade de São Paulo que a UNESCO encomendou a Florestan e a seu antigo mestre, Roger Bastide. A pesquisa fazia parte de um grande projeto da instituição que colocava o Brasil como um laboratório de estudo das relações raciais, partindo da suposição de que nossa sociedade fosse “livre” do racismo. Os dados, coletados entre 1949 e 1951, formaram a base sobre a qual Florestan escreveria depois o livro.

Embora o tema fosse o das relações raciais, a análise de Florestan converteu-se, “em um estudo de como o Povo emerge na história”. O dado fundamental dessa história é o processo de modernização, de superação de uma ordem social tradicional e de formação da sociedade de classes como uma “ordem social competitiva”. Nesse processo, a condição do negro e do mulato poderia ser generalizada para a de todo o povo brasileiro pelo fato de que eles tiveram, nas palavras de Florestan, “o pior ponto de partida”, as piores condições psicossociais de adaptação à dinâmica da modernização.

A campanha abolicionista, apesar de sua faceta humanitária e de contar com expressiva participação dos próprios negros, esgotou-se em si mesma, com o fim oficial do cativeiro: “a cena histórica era insensível a reivindicações que não terminavam com a ‘liberdade da pessoa humana’, mas iam além dela, exigindo-a como mera condição preliminar”, afirmou Florestan. Assim, logo após a abolição, o negro viu-se largado à própria sorte, despreparado, sem recursos de educação formal, sem acesso à terra a não ser na condição de parceiro, meeiro, agregado, ou numa parca e incerta agricultura de posse e subsistência - viu-se obrigado a escolher entre a falta de perspectiva no campo ou a migração para cidades como São Paulo. Nestas, lugar privilegiado da modernização, os negros, em sua imensa maioria, viviam à margem, “sem participar de seu dinamismo”. As mulheres ainda encontravam mais oportunidades de ocupação, mas nas posições desvalorizadas de domésticas – cumprindo, não raro, além do papel de trabalhar, o de ter que satisfazer o apetite sexual do patrão e dos filhos – ou de prostitutas. Para boa parte dos homens, porém, havia poucas opções além de se tornarem “vagabundos”, “bêbados”, “desordeiros”, “parasitas”.

A deficiência educacional poderia explicar tanto deslocamento – mas apenas em parte. Para Florestan a questão fundamental, lembra Jessé Souza, é que o capitalismo,

ou seja, a sociedade de classes, requer um determinado padrão psicossocial, um “estilo de vida”, para que as pessoas se adaptem a ele e possam agir de maneira a conquistar ganhos e recompensas nessa ordem social competitiva e individualista. Faltava isso aos antigos escravos. Bem ou mal, estavam adaptados era à sociedade tradicional, escravocrata, como escravos ou como libertos e agregados que viviam das relações pessoais de favor.

Mas havia, ainda, outra deficiência fundamental para os negros: seus padrões familiares disruptivos, outra herança trágica da escravidão, na qual a existência de famílias escravas era exceção, em parte pelas próprias condições de captura dos cativos na África, com a dificuldade de se conseguir mulheres, e principalmente pelo fato de que os senhores costumavam impedir a formação de famílias como forma de evitar que brotasse a solidariedade entre os cativos. Como sociólogo, Florestan sabia da importância da família como instância moral e social primária, que exerce a função de moldar a personalidade do indivíduo especialmente no controle de comportamentos egoísticos. Souza nota que as entrevistas realizadas por Florestan e Bastide demonstravam geralmente uma vida familiar desorganizada, com o pai muitas vezes ausente, na qual imperava uma ética de sobrevivência rude e não raro violenta em relação aos mais fracos, à mulher, à criança etc.

A anomia familiar juntava-se às dificuldades materiais e se condicionavam e se alimentavam mutuamente. O resultado era o que Florestan chamava de “demora cultural”: o desenraizamento, o deslocamento - mais até que cultural, existencial mesmo - de muitos negros na sociedade de classes. E a percepção desse deslocamento era o principal dado de suas vidas, o que mais desejavam era superá-lo, era participar das oportunidades da sociedade, de suas promessas. Nas entrevistas, a expressão dessa autopercepção e desse desejo: o que mais queriam? “Ser gente”. Em cidades como São Paulo, viam outros conseguindo, enquanto eles ficavam para trás. Julgavam-se pessoalmente responsáveis por esse fracasso. Os casos de comportamentos desviantes expressariam, para Florestan, uma revolta confusa, uma “escolha”, mesmo que irracional em seu conteúdo, por um modo exaltado e agônico de se afirmar a individualidade, de ser gente - para não se submeter a serviços mal pagos, perigosos e humilhantes, aceitavam-se os destinos de ladrão, vagabundo, bêbado, prostituta.

Por todas essas dificuldades, os negros não representaram, para os brancos, ameaça à sua posição social, nunca houve razões para que estes se sentissem ansiosos ou

inquietação com a possibilidade de os negros competirem em termos de coletividade com eles. Essa, garante Florestan, é a razão fundamental para o fato de não haver se desenvolvido, no Brasil, um racismo aberto, consciente, organizado, explícito. Mas isso, continua, está longe de configurar uma “democracia racial”, como o projeto da UNESCO supunha. Na verdade, preconceito existia, e muito, mas não propriamente – ou principalmente - contra a cor da pele. A pele escura era uma dificuldade adicional, o que contava mesmo era a aversão disseminada a um tipo de personalidade, a um “tipo de gente”, vista como preguiçosa, imprevisível, mal-educada, perigosa, do qual os negros eram boa parte, mas que não se restringia a eles. Por isso Florestan sempre afirmou que a luta contra o racismo deveria se combinar com a luta contra a exploração dos pobres. Negros e/ou pobres expressavam, para ele, a persistência, na sociedade moderna, de padrões sociais tradicionais, atrasados, sendo marginalizadas por isso.

As sociedades não se modernizam de forma abrupta, resquícios de elementos tradicionais prosseguem por bom tempo. Mas, para Florestan, no Brasil, o moderno não vai substituindo gradativamente o tradicional – ambos convivem de mãos dadas, *ambos são constitutivos um do outro*. Assim, Florestan não vê a sociedade moderna, de classes, no Brasil, cumprindo sua potencialidade de absorver e neutralizar diferenças raciais próprias de sociedades tradicionais, nem mesmo em São Paulo, seu centro urbano-industrial mais desenvolvido. Na verdade, essa simbiose modernidade/atraso é altamente proveitosa para a camada dominante, que aprendeu a tirar vantagens tanto do atraso quanto do moderno. E a marginalidade, não só dos negros, mas dos pobres em geral, tem tudo a ver com isso. Sobre essa marginalização, Florestan escreveu: “antes de estudar esse processo na pesquisa sobre o negro, vivi-o na pele em todos os matizes e magnitudes”. Daí sua identificação com o drama do negro e do povo brasileiro, da qual não nasceu uma complacência paternalista, uma indulgência fácil, mas uma compreensão profunda – das fraquezas, mas também de qualidades nascidas em meio a tanta adversidade. Ao lembrar, em sua infância e adolescência, a reação negativa das pessoas de seu meio à insistência com que se apegava aos estudos (a começar da mãe, que temia que se o filho estudasse ficaria “metido” e passaria a ter vergonha dela), Florestan aponta suas limitações, sua rusticidade, sua incompreensão trágica e profunda dos próprios interesses e necessidades. Mesmo assim, completa, eles eram mestres numa coisa: justamente em “ser gente”. E, disse ele, foi

com algumas daquelas pessoas que ele aprendeu “que a medida do homem não é dada pela ocupação, pela riqueza e pelo saber, mas pelo *caráter*, uma palavra que significava, para eles, pura e simplesmente, *sofrer as humilhações da vida sem degradar-se*”.

Rubens Goyatá Campante é doutor em Sociologia Política pela UFMG e pesquisador da Escola Judicial do TRT-3ª Região.